



Ata da Audiência Pública sobre o Relatório Ambiental Preliminar-RAP do empreendimento “Novo Aeroporto de Rio Claro”, de responsabilidade da Prefeitura de Rio Claro.

Realizou-se no dia 5 de fevereiro de 2004, às 19 horas, no Centro Cultural de Rio Claro, localizado na Rua 2, nº 2880-Centro-Rio Claro-S.P., a audiência pública sobre o Relatório Ambiental Preliminar-RAP do empreendimento “Novo Aeroporto de Rio Claro”, de responsabilidade da Prefeitura de Rio Claro. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, saudava e dava boas-vindas a todos que haviam comparecido, aos representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e de entidades civis e ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da Audiência Pública sobre o Relatório Ambiental Preliminar-RAP do empreendimento “Novo Aeroporto de Rio Claro”. Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa de Trabalhos, chamando para dela fazerem parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais, o Diretor do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, Engº Pedro Stech, e o representante do Consema, conselheiro Carlos Bocuhy. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre um projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade ou não de incorporá-las ao projeto, o Secretário-Executivo expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução de audiências públicas. Depois de o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais, Engº Pedro Stech, informar em que fase do processo de licenciamento ambiental o projeto se encontrava e de tecer comentários a respeito da importância da participação da comunidade nessa etapa do licenciamento, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da equipe técnica que elaborou o EIA/RIMA. Depois da apresentação de um áudio-visual sobre o local do atual aeroporto e a proposta desse novo empreendimento, o Prefeito do Município de Rio Claro, Cláudio Antônio de Mauro, informou sobre o objetivo da construção desse novo aeroporto, que era instalar esse equipamento de transporte em uma área mais adequada, pois a expansão da mancha urbana no entorno do atual aeroporto impedia sua expansão, tornava necessária a utilização de aeroportos vizinhos, acarretava limitações em seu funcionamento, impedia a interligação entre bairros e causava transtornos à vizinhança, teceu comentários sobre as diversas alternativas locais existentes, declarando ser a mais adequada essa do Campo do Coxo em virtude das características que possuía - detalhando cada uma delas - e especificando os impactos positivos e negativos que a essa implantação acarretaria. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. Antônio Santoro comentou ter sido surpreendido com a apresentação desse projeto, pois esperava que fosse feita uma pormenorizada análise do Relatório Ambiental Preliminar-RAP, pois fora esse o objetivo do pedido de audiência formulado pela Associação dos Moradores do Campo do Coxo -Amorc, e elencou os aspectos desse novo empreendimento que causavam preocupação e que não haviam sido devidamente contemplados pelo RAP, principalmente algumas características da área em que ele seria implantado, características estas que se relacionavam com a formação geomorfológica do terreno, com os limites da cabeceira sul e sua proximidade das lagoas alimentadoras do lençol de subsuperfície - tendo sido tal impacto debatido pelo Comdema local, mas não-abordado pelo RAP -



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

com a impermeabilização do solo, com a presença de nascentes na área, com o recuo da cabeceira, com a impossibilidade de futuramente se ampliar esse empreendimento, com o processo de drenagem da área, com o parâmetro utilizado na avaliação do índice de vãos, a extensão da pista, a ocorrência da Formação Corumbataí e a utilização de matéria-prima para indústria de cerâmica local, lembrando que o parecer favorável do IAC restringia-se ao tráfego aéreo, e não à instalação concreta do aeroporto, e que esse projeto deveria obedecer às diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor do Município e seus impactos positivos e negativos serem mais bem-detalhados. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil. João Batista Pimentel Neto, representante do Diretório Municipal do Partido Verde, comentou que o interesse coletivo deveria ficar sempre acima dos interesses individuais e que era esse princípio que o levava a defender a implantação desse novo aeroporto, que exerceria a função de grande indutor do crescimento e do desenvolvimento de Rio Claro, fortalecendo sua vocação para o estabelecimento e fortalecimento de relações com mercados internacionais, como bem comprovava o fato de ela ser uma das cidades que representaria o País na “Rede das Mercocidades”. Conceição Lopes de Oliveira Mendes, representante da Associação dos Amigos e Moradores da Região Sul de Rio Claro, defendeu a implantação do empreendimento, fundamentando tal posicionamento no reconhecimento de que ele constituiria um vetor para o desenvolvimento de Rio Claro e de todo o País, criando novas perspectivas para a política econômica e social, atraindo novos investimentos e gerando novos empregos, além de criar uma grande infra-estrutura para o atual campo da aviação. Lídio Bertolini Neto, representante do Aeroclube de Rio Claro, comentou que considerava adequada a alternativa locacional escolhida para esse novo aeroporto, que esse equipamento teria a função de conectar Rio Claro com o Brasil e com o Mercosul, propiciando a geração de duzentos empregos diretos, além dos indiretos ligados a serviços de táxis, hotéis e restaurantes. Harold Foller, representante da Sociedade Rio-Clarense em Defesa do Meio Ambiente, comentou que, embora reconhecesse a importância do empreendimento para o desenvolvimento de Rio Claro, entendia que deveriam ser elaborados estudos ambientais que abordassem, de forma bastante detalhada, as ações mitigadoras relacionadas com o zoneamento, de modo a se evitarem especulações imobiliárias no entorno, com as medidas compensatórias relacionadas com a vegetação, com as bacias hidrográficas e com a recuperação da qualidade ambiental das áreas de proteção permanente. Sebastião Euclides Minelli, representante do Diretório Municipal do PPS, procedeu a leitura do seguinte texto: “Tinha uma tribo que vivia em uma caverna, e lá moravam felizes. Porém, não conheciam o mundo. Todos diziam que ninguém poderia sair daquele local, uma vez que a caminhada causava um transtorno tão grande que todos os que tentaram sair nunca mais voltaram. Indignado com essa situação, um jovem decidiu enfrentar a caminhada para sair daquela situação difícil. Por uma trilha caminhou, enfrentando todas as dificuldades, enfrentou os animais, enfrentou as águas, todos os transtornos daquela jornada e depois disso conseguiu sair olhando para o mundo, olhando para aquela beleza. Conseguiu ver o Sol, conseguiu ver os rios, os animais, as plantas, e ficou maravilhado. Ele não sabia o que fazer, se voltava para dentro da caverna ou se continuava caminhando em busca daquele algo novo, daquela coisa bonita. Mas ele resolveu que, lá dentro da caverna estava o seu povo, então, fez toda a caminhada de volta e, quando chegou, contou para sua comunidade sobre aquelas maravilhas que encontrou na parte externa da caverna. Repentinamente, aquele povo, talvez por interesse, talvez por má vontade de enfrentar as mesmas dificuldades, disse: ele está louco, ele não está bom da cabeça. É melhor que nós o matemos. Vamos matá-lo, é a melhor solução! E assim fizeram: mataram aquele jovem desbravador”. Em seguida afirmou que considerava mais adequado para a comunidade de Rio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Claro a remoção de parte da lavoura da cana-de-açúcar para construção desse novo aeroporto do que implantá-lo em área urbanizada, pois seu funcionamento traria riscos para a população do entorno. Sâmia Maria Tauk, representante do Centro de Estudos Ambientais da Unesp, declarou que, depois de estudar detalhadamente o RAP e de consultar a comunidade local, defendia a construção desse novo aeroporto, embora não concordasse que a alternativa escolhida fosse a mais adequada, pois se preocupava com possíveis interferências na Bacia do Rio Corumbataí, cujos corpos d'água encontravam-se em péssimo estado de conservação, como também as matas ciliares, ocorrendo ainda a contaminação do lençol freático, o que, entre outros fatos, demonstrava que a legislação ambiental não vinha sendo cumprida, evidentemente em decorrência da crescente invasão das lavouras de cana naquela região, que levava o solo, inclusive, a perder sua produtividade, pois não lhe era oferecido o devido descanso sazonal, e que, diante desse quadro de degradação, propunha fossem adotadas medidas de mitigação eficientes para conter esses impactos. Marcelo Ceron, representante do Conselho Municipal de Turismo de Rio Claro, propôs que, com objetivo de se desenvolver o turismo na região, após a construção desse novo aeroporto as agências de turismo Rio Claro e da região trabalhassem em “pool” com o objetivo de trazer novos vôos com turistas durante a temporada e fosse criado o Museu Aeronáutico Bertelli, em homenagem ao grande aviador da cidade. Maria Izabel da Costa Finosso, representante da Associação de Cabeleireiros, Barbeiros e Similares, comentou que muitos poderiam estranhar o fato de uma representante da área de beleza comparecer a uma audiência para se posicionar acerca desse empreendimento, e que era como cidadã de Rio Claro que assim procedia, pois desejava o desenvolvimento da cidade e acreditava que o novo aeroporto poderia contribuir para isso. João Carlos Rabelo, representante da Associação dos Moradores dos Bairros Panorama e Paineiras, comentou que esse era um momento histórico para Rio Claro e região, pois se podia conhecer a opinião da sociedade com relação ao seu futuro e se recuperar a oportunidade perdida no passado quando se cogitou a construção do Aeroporto de Viracopos em Rio Claro; e que a construção desse novo aeroporto contribuiria para o desenvolvimento do Município, pois traria para ele inúmeros benefícios. Lucila Maciel, representante do Conselho Superior do Arquivo Público, comentou sua principal preocupação, que era com as observações que subestimavam a capacidade dos engenheiros e técnicos especializados em superar as limitações contidas na alternativa locacional escolhida, e que as atividades do atual aeroporto já deveriam ter sido paralisadas em decorrência dos inúmeros impactos negativos que provocavam na população que residia em seu entorno, e que acreditava que seriam adotadas as medidas de mitigação e de compensação dos impactos que o funcionamento desse novo aeroporto poderia provocar. Depois de o Secretário-Executivo informar que o conselheiro Carlos Bocuhy solicitou fazer antecipadamente uso da palavra por se encontrar febril, este conselheiro comentou que reconhecia a importância desse empreendimento para a região, parabenizou a comunidade por ter possibilitado um debate democrático sobre a implantação desse empreendimento e levantou algumas dúvidas, que, esperava, fossem dirimidas pela SMA, de modo que o Conselho Estadual do Meio Ambiente pudesse devidamente apreciar esse empreendimento. Wail Antonio Schio, representante da Associação dos Corretores de Imóveis de Rio Claro, informou que havia promovido uma votação na sede de sua entidade e que todos os corretores votaram favoráveis à construção desse novo aeroporto. Ari Mastromauro, representante do Diretório Municipal do PC do B, comentou que a construção desse novo aeroporto foi ratificada por decisão tomada por ocasião da “II Conferência das Cidades” realizada em Rio Claro, que ela geraria novos empregos, melhoraria a qualidade de vida da população vizinha à Avenida Kennedy, e que as medidas de mitigação e de compensação propostas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

eram adequadas, e os impactos positivos infinitamente maiores do que os negativos. Orivaldo José Malutta, representante da Associação do Moradores do Campo do Coxo, encaminhou à Mesa uma série de questionamentos relacionados com o Relatório Ambiental Preliminar. Norberto Morales, Presidente do Rotary Clube de Rio Claro Sul, manifestou-se favoravelmente à implantação desse empreendimento, declarando que ele contribuiria para o desenvolvimento local e regional, e alertou para a necessidade de que fosse planejada a ocupação do entorno do eixo a ser implantado para dar acesso à zona urbana. José Rodolfo Pennatti, representante da Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba, procedeu a leitura do seguinte texto: “Vimos através dessa expressar o nosso apoio à Associação do Moradores do Campo do Coxo–Amoc, Município de Rio Claro, referente às causas de direito de propriedade e direito de produção agrícola e manutenção do ambiente na região do Município de Rio Claro, no Campo do Coxo. Essa área, Campo do Coxo, vem sofrendo pressão de interesses singulares e particulares; é um bairro produtor de cana, entre outras culturas, e com a produção voltada a propriedades rurais, agricultura familiar, há muitos anos, além de serem filiados à entidade que representamos. O bairro Campo do Coxo contribui bastante com a receita do Município, através da cultura de cana-de-açúcar no Município de Rio Claro, arrecada impostos que são relevantes em importância para seu desenvolvimento. Os produtores rurais do Campo do Coxo estão sofrendo com a investida imobiliária, na tentativa de desapropriar parte da área desse bairro a destinarem para a construção de um aeroporto. A desapropriação da área nessa localidade causará danos irreparáveis à sociedade, afetando drasticamente a produção agrícola, principalmente no tocante à cana-de-açúcar, que está sendo uma grande mantenedora de postos de trabalho e de receita para o Município. A produção de cana-de-açúcar no Município de Rio Claro corresponde (.....) Dados gerais aproximados da produção da cana no Município são os seguintes: área aproximada de 10 mil e 500 hectares. Produção estimada e relatada: 770 mil toneladas de cana, esse ano inclusive. Receita bruta: 24 milhões e 640 reais, atuais; ICM arrecado aproximadamente esse ano: 1 milhão 900 mil reais. Dados gerais aproximados da produção da cana-de-açúcar de fornecedores: área de 3 mil 600 hectares; 272 fundos agrícolas; 270 mil toneladas de cana. Receita bruta dos produtores: 8 milhões e 700 mil reais. Bairro Campo do Coxo conta com 84 fornecedores; 124 fundos agrícolas produtivos e contribui com 140 mil toneladas de cana. Isso significa, aproximadamente, 18% da produção de cana do Município. Afetará também o meio ambiente, por ser uma região onde os agricultores há anos vêm desenvolvendo trabalho de recomposição e recuperação das áreas de preservação permanente, caso o trabalho de recuperação que foi executado seja destruído, compromete a fauna, a flora e os mananciais. É uma área que está situada na Bacia do Corumbataí, ou seja, entre o Vale do Corumbataí e o Ribeirão Cabeça/Passa-Cinco. Certamente causaria danos aos planos e projetos de recuperação da bacia, pois o Governo do Estado de São Paulo vem enfrentando problema muito sério no racionamento de água, juntamente por investidas imobiliárias clandestinas. Esse empreendimento afetará a economia da região, pois a região deixará de produzir cana, entre outros produtos agrícolas. Afetará a ordem social, pois centenas de famílias ficarão desempregadas, aumentando drasticamente o problema do desemprego, da moradia, da saúde, do transporte, entre outros serviços públicos, já que os fundos agrícolas produtivos, deles dependem trabalhadores rurais, agricultores e respectivas famílias. É importante salientar a importância de manter uma região como estritamente agrícola, pois, em relação aos produtores de cana, por nós denominados fornecedores de cana, participam do sistema de saúde da Associação dos Fornecedores de Cana, cujo atendimento é feito aos titulares, dependentes e empregados. Portanto, a extinção desses fornecedores prejudicaria centenas de famílias e o sistema de saúde pública. Um aeroporto em uma região como essa também



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

oferece barreiras ao sistema produtivo rural. A área próxima ao aeroporto não pode, ou pelo menos não deve, ser cultivada para mitigar riscos à população e ao sistema aeroportuário. Portanto, repudiamos qualquer arbitrariedade dessa ou de qualquer ordem, prejudicando o equilíbrio econômico, social e ambiental da região do Campo do Coxo, envolvendo em prejuízo associativo as entidades que subscrevem. E estaremos dispostos a todos os esforços e suportes e ordens que se fizerem necessárias para que tais associados não sejam prejudicados por interesses que não sejam os seus, da ordem pública ou privada. Sem mais para o momento, Presidente José Coral”. Em seguida, afirmou que, embora reconhecesse que se tratava de uma obra fundamental para Rio Claro, era preciso que se avaliassem corretamente os impactos que recairiam sobre a população residente na região do Campo do Coxo. Marcos Fernandes Gaspar, representante do Instituto Hidrológico de Rio Claro, reiterou o posicionamento da Professora Sâmia Tauk e comentou que, embora os recursos hídricos existentes no Campo do Coxo já se encontrassem contaminados, sugeria fosse criado um modelo sustentável de gestão dessa bacia hidrográfica, evitando-se sua degradação. Jair Soares da Silva, representante da Associação dos Aposentados da CESP, comentou a importância da audiência pública e da manutenção da qualidade de vida ao lado do desenvolvimento econômico. Mara Sueli Leite, representante dos Moradores do Jardim Botânico, comentou que era fundamental a construção desse novo aeroporto, pois ele possibilitaria que os moradores do entorno do atual aeroclube voltassem a ter tranquilidade. Fernando Daniel, representante do Centro de Voluntariado de Rio Claro, endossou o apoio ao projeto em nome dos quatrocentos adolescentes que participaram do Encontro Municipal de Adolescentes. Antônio Roberto da Silva, representante do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, depois de ressaltar a importância desse procedimento de discussão para o fortalecimento da democracia local, comentou que esse era o momento de se dirimir as dúvidas sobre esse projeto e que esperava que sua prioridade não fosse apenas econômica, mas, também, a proteção do meio ambiente, propondo, ao final, que seu licenciamento e implantação fossem acompanhados por uma comissão. João Baraldi, representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, argumentou que, embora defendesse a mudança do aeroporto de uma área urbana para outra rural, deveriam ser considerados os interesses e os direitos dos produtores rurais com pagamentos justos das desapropriações que viessem a ocorrer. Milton José Machado, representante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente-Comdema, fez a leitura da seguinte moção: “Apreciação do Comdema – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Rio Claro, quanto ao RAP do Aeroporto do Município de Rio Claro, a ser apresentado na audiência pública do Consema do dia 05 de fevereiro. Na última reunião ordinária o Comdema deliberou por unanimidade em não identificar impedimento do RAP do Aeroporto do Município de Rio Claro, Estrada Municipal LCL 473 – Campo do Coxo, se se confirmar o que está indicado no mesmo documento, ou seja, o RAP apresentado pela Empresa de Engenharia Ambiental Ltda.-EEA e Prefeitura Municipal de Rio Claro. Essa não foi a única reunião em que foi discutido esse RAP e, em todas elas no entanto, as preocupações foram levantadas, como não poderia deixar de acontecer, motivadas pela necessidade de se discutirem pontos que se destacavam como de preocupação do Conselho apontadas no próprio RAP. Nas duas últimas reuniões, representantes dos órgãos oficiais, secretarias e diretorias da Prefeitura, bem como representantes da empresa que elaborou o RAP foram convidados pela presidência do Comdema a prestarem esclarecimentos e ouvirem as sugestões e dúvidas, principalmente em virtude dos interesses dos segmentos componentes do Conselho, o que é um fato natural. É claro que ocorreram perguntas que extrapolam o próprio objetivo do RAP, e remetem a questões que o próprio RAP já apontara. Muitas dessas preocupações diziam respeito ao



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

projeto de execução propriamente dito, e não questionavam a viabilidade da implantação. No entanto, no sentido de garantir a participação e as proposições, foram ouvidos os técnicos que esclareceram, prontamente, com o auxílio de mapas, fotos e outros dados técnicos as questões levantadas. Uma das sugestões colocou a importância do acompanhamento do Comdema na fase de implantação, dando como certa, necessária e urgente a implantação do aeroporto nesse local. Dentre os pontos discutidos que merecem o acompanhamento do Comdema, garantindo maior segurança e transparência ao processo de execução, destacamos os seguintes: 1º. que os aterros e movimentação de terras devam estar rigorosamente controlados e fiscalizados pela Sedeplama, que enviará relatório de acompanhamento da obra ao Comdema; 2º. drenagem e acompanhamento do plano de drenagem aprovado para a área, assegurando-se que não haja interferência nos corpos hídricos; 3º. acompanhamento constante, em parceria com a Cetesb, da operação e do funcionamento das estações de tratamento de água e esgoto, de acordo com as alternativas tecnológicas viáveis para o momento; 4º. aterro sanitário – compromisso de acompanhamento e informação constante ao Comdema, pela Sedeplama, da operação do aterro, ou possíveis readequações da operação do aterro sanitário, garantindo-se a qualidade da água da Bacia do Rio Corumbataí; 5º controle e segurança de voo. Concluindo: O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente entende que o empreendimento é viável ambientalmente, desde que realizadas e fiscalizadas as medidas mitigatórias e compensatórias, e os projetos de controle ambiental previstos no Relatório Ambiental Preliminar. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente se coloca à disposição do Consema, para qualquer demanda que se fizer necessária, e à sociedade, para informações, esclarecimentos ou denúncias, referentes ao aeroporto e outras intervenções que poderão afetar o meio ambiente. Rio Claro, 05 de fevereiro de 2004”. Depois de fazer a entrega de tal documento, o representante do Comdema desejou que o Município retomasse a pujança que possuía no passado. Álvaro Camarinha, representante do Diretório Municipal do PSDB, comentou sua preocupação com esse investimento do dinheiro público, uma vez que a cidade enfrentava inúmeros problemas, especialmente na área de saúde. Dalva Cristofolletti Paes da Silva, representante da Associação Paulista de Municípios, depois de declarar que confiava na capacidade e na honestidade dos governantes e dos técnicos municipais, defendeu a construção do novo aeroporto e a idéia de que o Município de Rio Claro deveria fazer valer o Estatuto da Cidade e o seu Plano Diretor. Júlio Antonio do Nascimento, representante da Cooperativa dos Ex-Funcionários da Gurgel e Empresas, declarou que, se considerando a contaminação do solo pelo uso de agrotóxicos nas lavouras de cana-de-açúcar, e se considerando o desenvolvimento e a geração de novos postos de trabalho em função do desenvolvimento que o novo aeroporto traria para a região de Rio Claro, apoiava o empreendimento. Palmínio Altimari Filho, representante do Diretório do PMDB de Rio Claro, comentou que a proposta da construção do aeroporto surgiu da realização de duas conferências municipais do partido, que se preocupava com o desenvolvimento local; que diversas empresas que tinham sede em outros Estados e unidades produtoras instaladas em Rio Claro também seriam beneficiadas com o funcionamento desse equipamento, e que, com os impostos advindos de seu funcionamento, se poderia implementar programas sociais no próprio Município, motivo pelo qual parabenizava a iniciativa da Prefeitura local. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em nome próprio. Almir Neves Leite e Adriano Batagello manifestaram-se favoráveis à construção do novo aeroporto com o argumento de que ele ia ao encontro dos interesses da comunidade empresarial de Rio Claro, pois se constituiria num indutor de crescimento para o Município. Valter Monzon declarou que havia duas opções a serem analisadas: ou defender a cana-de-açúcar, que gerava vinhoto e poluía o solo e o lençol



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

freático, ou defender o novo aeroporto cujos impactos ambientais seriam devidamente avaliados, mitigados e compensados pelo empreendedor. José Rafael da Silva Rocha afirmou que a construção do novo aeroporto seria um acontecimento ímpar para qualquer habitante de Rio Claro, que em sua esmagadora maioria defendia o empreendimento, pois ele traria melhoria para a qualidade de vida. Paulo Rigatto comentou que o novo aeroporto necessitava de uma localização regional mais apropriada que essa que seria possibilitada pelas condições existentes no Campo do Coxo. Edson Rodrigues Filho declarou que um dos impactos fundamentais a serem discutidos era a poluição sonora produzida pelas aeronaves, que causaria transtorno no dia a dia dos moradores do entorno de Campo do Coxo. Sebastião Gobbi declarou que a construção desse aeroporto era uma contribuição importante para o desenvolvimento sustentável. José Piovesan declarou que, talvez pela grande publicidade dada a esse evento, a discussão mudou de foco, pois em vez de se discutir o Relatório Ambiental Preliminar, os manifestantes limitavam-se a se posicionar favoráveis ou contrários à construção do aeroporto, e que esse relatório só foi apresentado à população de Rio Claro porque o Consema determinou que fosse realizada essa audiência. E, depois de ler trechos de artigos que se referiam à construção desse equipamento, enfatizou a pergunta constante em um deles e que era assim formulada: “será que os membros do Consema concederão licença prévia a esse projeto, que, além de colocar em risco as águas, provocará outros danos, pois acabará com a flora local, que fornece alimento para animais que só existem nessa região, pois a ela se adaptaram?” Charles Carvalho, depois de elogiar a realização dessa audiência, que permitiu a criação de um espaço democrático e que resgatava a arte de fazer política, chamou atenção para a necessidade de indenização das desapropriações ser feita de forma justa, com lisura e ética, de modo a que os moradores do Campo do Coxo e de suas adjacências fossem pagos com o valor ajustado. Vânia Borges Oliveira manifestou-se favorável à proposição de que o dinheiro das indenizações fosse empregado na aquisição de uma moradia digna, e que, se isso realmente fosse feito, não se fazia necessária a análise de impacto ambiental. Luís Fernando Francisco declarou que esse empreendimento traria muitos benefícios para os cidadãos de Rio Claro e que a implantação desse aeroporto na área do Campo do Coxo poderia melhorar as condições atualmente ali existentes. Marizilda Codo Campos declarou que, depois de obter informações sobre os estudos feitos, se tranqüilizara porque entendeu que o trabalho que vinha sendo feito era muito sério. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. Fernando José Chagas Penna, Coronel da Aeronáutica, teceu comentários sobre as condições de funcionamento do aeroclube, sobre a inevitabilidade do tráfego aéreo noturno e sobre a necessidade de esse projeto ser analisado pela Secretaria de Meio Ambiente e pelo Ministério da Aeronáutica, passando a fazer a leitura da conclusão de um parecer oferecido pelo Instituto de Aviação Civil, que atestava a necessidade do novo aeroporto nos seguintes termos: “Conclusão: a área indicada nesse estudo, denominada Sítio do Coxo, possui características favoráveis à instalação de um aeródromo que pode atender às necessidades do Aeroclube de Rio Claro, bem como aeronaves executivas, regionais, de médio porte. Diante disso, pois, conclui-se que o sítio possui potência para acolher a implantação da infraestrutura aeroportuária, tanto para uma primeira fase quanto para uma futura ampliação”. Em seguida fez a leitura de trecho de um parecer oferecido pelo Serviço Regional de Proteção ao Vôo, nos seguintes termos: “De acordo com os procedimentos de tráfego aéreo esse Serviço é de parecer favorável à construção do referido aeródromo público, que poderá comportar procedimentos de aproximação e FR, e procedimento de saída e FR.”, entregando cópia desses dois pareceres à Mesa. Depois de Alberto Carlos Rocco Merino, Primeiro-Secretário do Conseg-1º Distrito Policial e da 1ª



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Companhia de Polícia Militar, declarar seu apoio ao empreendimento, Renato Barbosa dos Anjos, Diretor de Planejamento Ambiental da Prefeitura Municipal de Rio Claro, comentou que o Município de Rio Claro tinha uma política ambiental sólida e consistente, tendo sido agraciado duas vezes com o Prêmio Balanço Ambiental, o que demonstrava o sério compromisso da atual administração com a qualidade ambiental e de vida dos seus moradores, e que as características da localização do sítio proposto para a instalação do futuro empreendimento, a observação das restrições estabelecidas pelo artigo 2º do Código Florestal e, igualmente, daquelas estabelecidas pela Resolução Conama 03/2002 e pelo Plano de Controle Ambiental proposto garantiam a viabilidade ambiental o aeroporto. Sérgio Roberto Croffi, representante da Agência do DAEE do Município de Rio Claro, apresentou dados que atestavam a viabilidade ambiental do empreendimento no que se referia à utilização dos recursos hídricos e que diziam respeito, entre outros aspectos, à possibilidade de perfuração de poços profundos com qualidade de água potável e dentro dos padrões estabelecidos pela Portaria 1469 do Ministério da Saúde e à adoção de tratamento compacto de esgoto com lodo ativado, reuso do esgoto tratado a ser instalado em uma área pequena, acondicionamento dos resíduos sólidos gerados em leitos de secagem e, posteriormente, aplicados como adubo orgânico ao sistema paisagístico, a custos baixos. Silvio Carlos Bray, Diretor de Projetos e Recursos da Prefeitura de Rio Claro, comentou que a lavoura da cana-de-açúcar estendia-se por 15 mil hectares, sendo que a área correspondente ao Campo do Coxo media 120 hectares, ou seja, apenas a 1% da área destinada a essa lavoura no Município, e que, dentro da Formação Rio Claro, o solo era de fácil remoção como também se dava com tranquilidade a locomoção de materiais; que a construção do aeroporto minimizaria os principais problemas ambientais da região, que eram a poluição dos mananciais e o uso impróprio do solo. Luís Duarte, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, declarou que os homens em sociedade optavam coletivamente pela alteração do meio em que viviam, mas que essas alterações deveriam ser norteadas pelo desenvolvimento sustentável, que o Poder Público tinha a responsabilidade de promover tal direcionamento e também tinha o dever e a responsabilidade de deixar um patrimônio para as novas gerações, como a construção desse novo aeroporto, priorizadas as questões ambientais e sociais. Olga Lopes Salomão, representante do Conselho Municipal de Transporte Público e Trânsito, comentou que esse órgão público vinha priorizando a mobilidade humana e a circulação das pessoas, de bens e mercadorias, que esse novo aeroporto supriria a carência de um transporte aéreo eficiente para transportar as mercadorias produzidas no Município e que a instalação desse equipamento dava sustentabilidade ao Município, cujo acesso, de acordo com o RAP, seria facilitado pela Estrada dos Costas e pelos acessos por Ipeúna e pela Avenida Onze, e que se previa ainda uma significativa melhora no mercado de trabalho para os taxistas da região. Marcos Antônio Queiroz, representante da Defesa Civil do Município de Rio Claro, declarou que a instituição que representava apoiava à construção do novo aeroporto e à mudança do atual aeroclube, em função da insegurança e dos riscos que ofereciam aos moradores do entorno, segurança essa atestada pelo Parecer Técnico 009/01 fornecido pelo Instituto de Aviação Civil e do Comar 4, reconhecendo igualmente esse parecer a existência de condições no Campo do Coxo, endossando, desse modo, o Parecer Técnico 0475 oferecido pelo Serviço Regional de Proteção. José Luís Timoni, representante do Departamento de Consórcios e Comitês Intermunicipais, comentou ter vistoriado o Campo do Coxo três vezes, oportunidades em que pôde verificar a inexistência de qualquer fragmento florestal significativo na área, mas apenas de lavouras de cana-de-açúcar, de touceiras de bambu e de alguns poucos eucaliptos, e que também havia constatado a degradação e a alteração das nascentes de água, em decorrência do mau uso do solo, declarando, ao final, que entregava à Mesa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

um documento contendo um relato dos danos ambientais avaliados, e que Rio Claro tinha obrigação de recuperar o que havia sido degradado ao longo dos anos, recuperação esta que seria iniciada com a doação de 50 mil mudas a serem utilizadas para a proteção das matas de galeria. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Raquel Bernardinelli Picelli, Vereadora do Município pelo Partido dos Trabalhadores, depois de declarar seu apoio ao empreendimento, procedeu à leitura do seguinte documento: “É sabido que a maior região e desenvolvimento no País, ocorrerá no eixo entre Campinas, Araraquara e Ribeirão Preto, e isso se dará ainda na primeira década desse milênio. Rio Claro está inserida nesse contexto e não podemos ficar à reboque desse processo. Por isso, precisamos nos adequar para oferecer infra-estrutura àqueles que pretendem investir em nosso município, seja em tecnologia de ponta ou comércio e serviços de atendimento regional. Dentre as oportunidades que Rio Claro já oferece aos empresários estão a saúde, o saneamento, o transporte, a educação, esporte, lazer, qualidade de vida, facilidade de comunicação, entre outros. O escoamento de produtos é a ferramenta básica na análise de viabilidade econômica de instalação de pequenas, médias e grandes empresas. Se não nos adequarmos às exigências do mercado, os negócios migrarão para outros Municípios da região, que também lutam para receber investimentos; aqui chegamos ao âmago da questão. Somos atendidos por excelente malha rodoviária, Via Washington Luís, Anhangüera e outras. Entretanto, no transporte aéreo viário ficamos a desejar. Queremos um desenvolvimento sustentável para Rio Claro. O atual aeroporto está longe dessa condição. Os riscos de acidentes são constantes, pois seu entorno está circunstanciado por residências, comércios e indústrias, inclusive de alta combustão. Sob os aspectos ambientais, o aeroporto deixa a desejar, pois provoca ruídos e poluição de material particulado e pista de terra, como já foi apresentado. O futuro aeroporto do Campo do Coxo, pelos atributos que possui, e que foram relatados nos documentos enviados pelo 4º. Comando Aéreo, pelo Instituto de Aviação Civil e pelo Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, é a área ideal para o empreendimento. Ainda, o local é utilizado para o cultivo extensivo da cana-de-açúcar, que, por sinal, sem o manejo apropriado do solo, vem causando processo erosivo intenso, comprometendo seriamente as nascentes e riachos existentes no entorno do empreendimento. Aliado a isso, as áreas de preservação permanente estão constantemente invadidas pela cultura e, em alguns casos, destruídas pelas manobras de máquinas agrícolas como já foi colocado. Ressaltamos que são 119 hectares de área desapropriada, o que permitirá ao novo aeroporto de Rio Claro ter uma área-tampão, neutralizando um crescimento desordenado do Município. Comunico aos rio-clarenses e a todos os interessados presentes que protocolei, na Câmara Municipal, um requerimento para que a Sedeplama–Secretaria de Desenvolvimento, Planejamento e Meio Ambiente de Rio Claro, juntamente com o Conselho de Desenvolvimento Urbano, com o Conselho Municipal de Meio Ambiente e com a comunidade, elabore um estudo de revisão do Plano Diretor, com o objetivo de criar uma área de uso sustentável, com atividades silviculturais, agrícolas, hortifrutigranjeiras e outras, sem uso de agrotóxicos. É notório que o Município terá um grande estímulo para ampliar setores industriais, gerando empregos, setores comerciais e de serviços, sendo um grande atrativo para tornar-se Rio Claro cada vez mais uma cidade empreendedora.” José Pedro Leite da Silva, Vereador do Município de Piracicaba, declarou que, embora não fosse contrário ao desenvolvimento, muito menos à construção desse novo aeroporto, era na verdade um defensor dos recursos hídricos e da qualidade de vida, motivo pelo qual lamentavelmente testemunhava que fora rejeitado um empréstimo que transferiria 9 milhões de reais do Fehidro para tratamento de esgoto da cidade de Rio Claro, a fundo perdido; que confiava na avaliação que a SMA e o Consema fariam da viabilidade ambiental desse empreendimento, pois



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

acreditava que eles não se debruçariam tão somente sobre o aspecto sua viabilidade econômica, mas, também, sobre os impactos que causaria e acerca das formas como poderia ser feita sua mitigação, atrelando a isso a implementação de um Plano Diretor que forneça diretrizes para o desenvolvimento dos próximos vinte anos. José Aparecido Longatto, Vereador do Município de Piracicaba, declarou que os governantes deveriam priorizar investimentos que tornassem a cidade melhor, que, de forma alguma, o aeroporto traria melhoria para o transporte municipal, uma vez que esse tipo de transporte era inacessível para a maioria da população; que uma grande preocupação para o Município de Rio Claro deveria ser a manutenção da qualidade dos recursos hídricos, e que, visando essa finalidade, a Câmara Municipal havia aprovado recentemente a criação do Fórum Permanente em Defesa do Rio Corumbataí, para o qual poderiam colaborar cientistas, professores e demais habitantes interessados em sua preservação. Marcelo Cândido, Deputado Estadual, comentou que, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, vinha sendo debatida a necessidade de discussões a respeito do licenciamento de empreendimentos capazes de gerar impactos ambientais, e que o novo aeroporto de Rio Claro havia sido discutido nesse fórum e reconhecida a importância da proposta sobre ele feita pelo Prefeito, dada a importância desse aeroporto para o desenvolvimento sustentável da cidade, e que, por essa razão, apelava aos membros do Consema para que se aprofundassem as análises contidas nos documentos que estavam sendo protocolados durante essa audiência. Nilson Ferreira de Lima, Vereador do Município de Rio Claro, declarou que, antes de ser um homem público, era antes de tudo um cidadão rio-clarense, representante dos moradores do Campo do Coxo, e que estes ainda estavam divididos em relação à aceitação ou não da instalação desse aeroporto nesse bairro, acreditando alguns que essa instalação traria prejuízo para o bairro; que, entretanto, era importante informar à população desse bairro que qualquer área que viesse a ser desapropriada seria devidamente indenizada, que a manutenção das lavouras da cana-de-açúcar era menos importante para o desenvolvimento de Rio Claro do que a construção desse aeroporto, uma vez que esse empreendimento impulsionaria o desenvolvimento e, em decorrência, geraria empregos, e que seriam minimizados os possíveis impactos causados, uma vez que as questões ambientais estavam sendo minuciosamente estudadas pelos órgãos competentes. Wilson Gomes, Vereador do Município de Piracicaba, comentou dever dar-se prioridade aos problemas sociais existentes no Município e à preservação do meio ambiente, não se devendo causar-lhe novas agressões com a construção de obras como esse aeroporto, principalmente porque era uma pequena minoria, apenas os empresários, que faziam uso do transporte aéreo, e que sua construção implicava um risco econômico para o Município, se ele se viesse a se comprovar deficitário, e que defendia a criação de um consórcio com vistas à instalação de um aeroporto regional, que, com certeza, seria um empreendimento viável e lucrativo. Sérgio Guilherme, Vereador do Município de Piracicaba, comentou que acompanhava de perto, desde 1983, o tratamento que era dispensado às questões ambientais e admitia que nenhuma administração pública fora tão sensível a essa questão como a atual, que vinha impedindo a instalação de empreendimentos que oferecessem riscos à qualidade das águas e causassem impactos significativos a qualquer outro recurso ambiental. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Luís Fernando Quilici, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Rio Claro, reiterou o posicionamento do Vereador Sérgio Guilherme no que concernia à preocupação da Administração Municipal com o meio ambiente e a qualidade de vida da população local, e que esse novo aeroporto seria um indutor para o desenvolvimento, como foram, em épocas passadas, a ferrovia e as rodovias, gerando crescimento, novos empregos e incremento na renda e, portanto, a inclusão social de algumas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

pessoas, principalmente porque, para alguns segmentos produtivos, o transporte de cargas via aérea era mais barato do que o rodoviário, especialmente para a modalidade de cargas vivas, flores e frutas, em decorrência do prazo de validade, e que convidava todos aqueles que questionavam ainda a viabilidade desse empreendimento para despenderem esforços com o objetivo de tornar esse equipamento um instrumento importante para reparar os danos ambientais já existentes na região. Antônio Roberto Stivalli, Secretário Municipal de Saúde, comentou que importava nesse momento se discutir as vantagens, os riscos e a localização desse equipamento e os cuidados que se deveria adotar com vistas à preservação ambiental, ao controle do espaço aéreo, à defesa de um crescimento auto-sustentável e que não causasse prejuízos à saúde da população. Aristóteles Costa, Secretário Municipal de Administração, comentou que, inquestionavelmente, esse aeroporto traria um desenvolvimento considerável para Rio Claro e região, pois, durante alguns anos, seriam gerados postos de trabalho para a construção da obra, seria incrementando o comércio local, gerada maior arrecadação para a União, o Estado e o Município e parte dessa receita seria revertida em programas sociais, o que beneficiaria a população; que a maioria das críticas feitas ao RAP era infundada, pois o relatório baseou-se em critérios técnicos indiscutíveis. Passou-se à última etapa da audiência, qual seja, às réplicas. O Prefeito de Rio Claro, Cláudio de Mauro, depois de declarar estar muito satisfeito com esse momento democrático e de agradecer a participação de todos, comentou que não havia nenhum impedimento para que a pista fosse prolongada, embora nesse momento tal intervenção não se fizesse necessária; que os técnicos responsáveis pelo projeto adotaram os cuidados necessários para que não fossem afetadas as áreas de preservação permanente; que a área da influência era composta por vinte e seis Municípios, que os impactos negativos seriam processo erosivo e a conseqüente instabilidade dos terrenos adjacentes, mas que seriam adotados os cuidados necessários para compensá-los e mitigá-los, como também seriam adotadas medidas de preservação das estradas e do solo, realizado tratamento dos efluentes, implementados programas relacionados com a saúde pública e com o controle das emissões de ruído e de poluentes, e que, na condição de Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas de Piracicaba, Capivari e Jundiaí, assumia publicamente o compromisso de tratar essas questões com a máxima seriedade e competência; que o IPHAN, que cuidava do patrimônio arqueológico, já havia autorizado a implantação desse empreendimento, e que, se viesse a se comprovar a existência de sítios arqueológicos, seriam adotados os cuidados necessários para o seu salvamento; que entre os impactos positivos estava prevista a redução de acidentes no funcionamento do atual aeroporto, a diminuição da poluição no ar e de ruídos, a proibição da queima da cana-de-açúcar próximo à área do novo aeroporto, e que, para compensar a utilização dos 119 hectares empregados nessa cultura, a Prefeitura tornaria disponível novos terrenos e as propriedades por ela desapropriadas devidamente indenizadas, e que as famílias que haviam entrado com ação na Justiça deveriam esperar a conclusão desse processo, embora os recursos financeiros para tanto já houvessem sido depositados nas contas correntes, rendendo os juros e a correção monetária exigidos pela Justiça; que, em relação ao aumento da poluição atmosférica decorrente do maior número de automóveis que passaria a circular, seria realizado um controle dessas emissões e também implementado programa de educação ambiental; que, em relação ao incremento imobiliário na área, esse crescimento seria devidamente planejado; que haveria ainda incremento na área de segurança e na infra-estrutura das imediações do novo aeroporto, que a implantação desse empreendimento seria feito com todo rigor técnico, os impactos negativos devidamente mitigados ou compensados e esse empreendimento constituiria um marco para o crescimento tão esperado do Município de Rio Claro e de toda região. O Secretário-Executivo do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Consema, depois de informar que todas as etapas da audiência pública haviam sido cumpridas, esclareceu que aquele que, eventualmente, tivesse ainda qualquer contribuição a oferecer e quisesse agregá-la ao processo, teria o prazo de cinco (5) dias úteis para enviá-la à Secretaria Executiva do Consema, através de correspondência registrada ou protocolando-a diretamente nesse setor. Foram entregues os seguintes documentos durante a audiência: 1) “Protocolo de Intenções e Planos de Ações para a Recuperação da Bacia do Rio Corumbataí”, fornecido pela Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP, datado de 5 de abril de 2002, sem assinatura; 2) Certidão de Diretrizes para o Uso do Solo fornecida pela Divisão de Protocolo e Arquivo da Prefeitura Municipal de Rio Claro (Protocolo: 2002/012691 Dt 13.11.02); 3) Dossiê encaminhado pela Câmara dos Vereadores do Município de Piracicaba, endereçado ao Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, datado de 5.02.04 e assinado pelos Vereadores José Pedro Leite da Silva e José Aparecido Longatto; 4) Despacho nº 039/2004 fornecido pelo Departamento de Planejamento Ambiental da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente referente à “vistoria na área do Campo do Coxo a fim de constatar danos ambientais em áreas de preservação permanente”; 5) Documento encaminhado pelo Centro Canagro José Coral, datado de 5.02.04 e assinado pelo presidente José Coral; 6) Moção ¼, tomada pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Rio Claro; 7) Ofício nº 417/DAESP, encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Rio Claro, datado de 08.09.03 e assinado pelo Superintendente do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo da Secretaria dos Transportes, Engº José Mauro de F. Garcia; 8) Parecer Técnico nº 001/Sereng-4/SADRM/04, de 21.01.04; Of. Nº 065/DPR/407, datado de 25.06.01, assinado pelo Diretor do Instituto de Aviação Civil, Cel. Hamilton Antônio Machado, acompanhado do Parecer Técnico nº 0099/DPT/01, fornecido pelo Instituto de Aviação Civil e datado de 25.06.01; 9) Documento assinado por Maria Amélia Gadernal e outros; 10) Ofício 05/04, encaminhado pela Associação dos Moradores do Campo dos Cochós e assinado pelo Presidente Ordival José Maluta. Em seguida, o Secretário Executivo declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, José Goldemberg, agradecia a presença de todos e declarava encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz, Diretora da Divisão de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.